



COVID-19 E O MULTILINGUISMO EM MOÇAMBIQUE

Crisófia Langa da Câmara

Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

A ser publicado na: Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública - ISBN 2307-3896

Data de submissão: 16/12/2020

Data de aceitação: 16/04/2021

Data de publicação: xx/xx/xxxx

Como citar este artigo: Câmara, C. L. da. COVID-19 o multilinguismo em Moçambique. **Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública.** *Pre-print*, 2021.

Este é um arquivo PDF de um artigo que sofreu aprimoramentos após a aceitação, como a adição da página de rosto, metadados e a formatação para facilitar a leitura, mas ainda não é a versão definitiva. Esta versão passará por revisão e edição de texto adicionais antes de ser publicada no seu formato final. Esta versão foi disponibilizada para fornecer visibilidade antecipada ao artigo. Observe que, durante o processo de produção editorial, podem ser descobertos erros que podem afetar o conteúdo.

Artigo original

COVID-19 E O MULTILINGUISMO EM MOÇAMBIQUE

Crisófia Langa da Câmara

Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: Em contextos de pandemia, a comunicação desempenha um papel fundamental, pois, ajuda a influenciar a mudança de comportamentos, a identificar e gerir atempadamente a desinformação e assegurar o direito à saúde através de informação necessária e de qualidade sobre a Covid-19: de que doença se trata, qual é o período de incubação, as medidas de prevenção e os sintomas da doença na língua que cada cidadão melhor fala. Neste artigo, analisamos a estratégia de comunicação adoptada no contexto da Covid-19, através do conteúdo de *spot* informativos sobre a doença nas línguas Nyungwe, Sena, Changana e Copi. Os spots informativos analisados no presente trabalho mostram que houve falta de divulgação de informação completa sobre a Covid-19 em línguas moçambicanas. Houve fragmentação da mensagem fornecida aos falantes de cada uma das línguas analisadas e noutros ainda, os falantes tiveram informação impertinente. Esta constatação leva-nos a concluir que, em contextos multilingues, a qualidade da informação sobre saúde não é assegurada exclusivamente com o uso das diferentes línguas moçambicanas mas sim, através do tratamento cuidado do conteúdo transmitido através delas. O MISAU tem a responsabilidade de assegurar que o direito à informação sobre doenças seja garantido aos cidadãos, liderando o processo de produção de spots.

Palavras-chave: Covid-19, comunicação, direito à saúde, multilinguismo.

COVID-19 AND MULTILINGUISM IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT: In pandemic contexts, communication is has an important role because it helps in behavior changing, in the identification and timely management of disinformation and ensures the right to health through the assessment of necessary and qualified information about: what disease we are talking about, what is the incubation period, strategies of prevention and symptoms of the disease in the language that each citizen speaks best. In this paper, we analyze the communication strategy adopted in Covid-19 context in Mozambique through the content of spots about the Covid-19 in Nyungwe, Sena, Changana and Copi. The spots analyzed in the present paper show that there was a lack of full information about Covid-19 in Mozambican Bantu languages. In some cases, the speakers received fragmented messages about the disease and in others still, the speakers had naughty information. Thus, in multilingual contexts, such as Mozambique, the health quality information is not guaranteed exclusively through the use of different languages spoken in that context, it is important to observe carefully the content transmitted through them. We propose that MISAU should ensure the right to information about diseases through a screening of the content of the spots in Mozambican languages by leading the process of spots production.

Keywords: Covid-19, communication, multilingualism, right to health.

Correspondência para: (correspondence to:) linguinha.cris@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A rápida expansão da pelo mundo colocou-o num dilema cuja solução exige(ia) uma acção conjunta: como chegar a perto de oito bilhões de pessoas e dizer para manterem o distanciamento social, lavar frequentemente as mãos, tapar o nariz e a boca quando espirrar ou tossir, evitar tocar a cara e usar máscaras? Mais, havendo apenas cerca de 200 estados-nação no mundo e mais de 6.000 línguas, como permitir que todos tenham acesso à informações apropriadas e de qualidade na língua que falam (PILLER, 2020)?

Em consideração à diversidade linguística acima referida, a Organização Mundial da Saúde (OMS) disponibilizou um *website* com informação sobre o novo coronavírus em Inglês, Árabe, Chinês, Francês, Russo e Espanhol. Aos Estados membros da OMS cabia retirar as

informações relevantes para a sua população através das autoridades locais de saúde (HAIMOVICH e MORA, 2020).

Sendo a saúde um direito humano (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948 artigo 25º), a OMS coloca a cada Estado o desafio de garantir que a informação por ela disponibilizada seja a mesma recebida pelos falantes das 6.000 línguas existentes no mundo. O desafio de que falamos torna-se visível em contextos multilíngues cuja política linguística, herdada do período colonial, coloca em desvantagem os falantes das línguas não oficial, o caso de Moçambique.

Como se pode facilmente perceber, fazemos um paralelismo entre o direito à saúde e o direito à informação sobre a saúde na língua que cada cidadão fala, pois, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no seu artigo 2º estabeleceu que “todo o ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra condição”. Portanto, percebemos que é um Direito Humano que a língua não seja usada como elemento discriminatório no acesso à informação.

Mais, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), destaca a importância de valorização de qualquer língua falada no mundo como património imaterial da cultura dos povos. No seu artigo 3º, no ponto iii) esta defende que toda a pessoa tem “o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação.” Isto significa que é dever do Estado assegurar o direito à saúde através de informação necessária e de qualidade sobre a pandemia (sintomas e medidas de prevenção) na sua língua. Moçambique por ser um país multilíngue que enfrenta(ou) o desafio de fazer chegar a informação sobre a doença nas línguas bantu depois que o país registou o primeiro caso desta doença, a 23/03/2020 (MISAU, 2020).

Como se sabe, em Moçambique coexistem com o Português (língua oficial), mais de 20 línguas de origem bantu, faladas por uma grande maioria de europeia: Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Russo, Alemão; de origem asiática: Árabe, Hindu, Gujarati, Urdu e Mandarim faladas por grupos minoritários. Há igualmente outras línguas faladas por imigrantes da Nigéria, Somália, Sudão, República Democrática do Congo e Ruanda (CHIMBUTANE, 2015).

Todavia, apesar desta diversidade linguística, as Constituições da República de 1975, 1990 e, mais recentemente, de 2004 destacam que a língua portuguesa é a única língua oficial e de unidade nacional (MOÇAMBIQUE. CONSTITUIÇÃO, 2004) e as outras, as mais de 20 de origem bantu são património cultural e educacional que devem ser usadas como veículos da nossa identidade.

Esta escolha foi sendo justificada através do pretexto segundo o qual esta era a língua mais desenvolvida e a única capaz de proteger a integridade da herança territorial (FIRMINO, 2002; LOPES, 1997). Portanto, a escolha está relacionada com os mitos segundo os quais o ‘multilinguismo’ sempre cria divisões e o ‘monolinguismo’ cria unidade (BAMGBOSE, 1996, p. 3).

Outro motivo que ditou a escolha da língua portuguesa como a única língua oficial está ligado à política de “assimilação” implementada pelo governo Português e a marginalização das línguas de origem bantu (CHIMBUTANE, 2011; NGUNGA e BAVO, 2011). É por isso que, como herança deste período, depois da independência nacional, contrariamente ao que se podia prever, as línguas bantu continuam sendo património cultural e educacional, por isso,

deviam ser usadas como veículos da nossa identidade. Um património identitário que não se lhe confere o estatuto de língua oficial.

As línguas bantu ocupam contextos restritos, para desempenharem objectivos muito específicos e não há avanços reais que visam proteger, preservar, elevar e criar condições para a produção literária e outras manifestações que as possam colocar em pé de igualdade com o Português (MATEUS e TIMBANE, 2019). Contudo, mesmo diante deste cenário, as línguas bantu sobreviveram e o Estado, através do Ministério da Saúde (MISAU), tem a obrigação de garantir o direito à informação sobre a pandemia aos falantes das mais de 20 línguas bantu do país.

Diante deste cenário, exige-se do Estado uma estratégia de comunicação¹ que atenda as necessidades dos falantes das línguas faladas no território nacional para que estes sejam capazes de tomar decisões informadas sobre comportamentos de risco e medidas de prevenção.

Neste artigo, propomo-nos a analisar a estratégia de comunicação adoptada no contexto da através da análise de conteúdo de *spot* informativos sobre a doença em algumas línguas bantu. O nosso interesse surge depois que reportagens jornalísticas, a exemplo da TV MIRAMAR, destacaram o incumprimento das medidas de prevenção da Covid-19, e numa das reportagens a entrevistada ter afirmado que esta era doença de brancos e ricos.

A nossa hipótese de pesquisa assenta-se na premissa de que a política linguística herdada do período colonial continua a influenciar a forma como o direito à informação sobre saúde é garantido pelo Estado. Pois, tal como veremos, os falantes das línguas bantu analisadas neste artigo não tiveram toda a informação necessária sobre a que as permitisse tomar as devidas precauções, colocando a sua vida e da sua comunidade em risco.

A pergunta que guiou a nossa pesquisa foi: que informação sobre a receberam os falantes de algumas línguas bantu faladas em Moçambique?

METODOLOGIA

Na presente pesquisa qualitativa, analisamos o conteúdo de *spot* informativos sobre a produzidos em algumas línguas moçambicanas faladas no Centro do país (Nyungwe e Sena) e duas do Sul, Changana e Copi. Os spots analisados neste trabalho passaram na (TVM) durante o mês de Abril, um mês depois do anúncio do primeiro caso da doença em Moçambique. A análise do conteúdo destes *spot* informativos esteve alicerçada à literatura que aborda o tema, artigos científicos, reportagens, artigos jornalísticos e sítios da internet.

Análise de Conteúdo em Pesquisas Qualitativas

A análise de conteúdo como uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa foi proposta por Bardin (2011). De acordo com a autora, a análise de conteúdo foi utilizada nas primeiras tentativas da humanidade de interpretar os livros sagrados. Ela constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. A definição de análise de conteúdo que orienta as abordagens actuais surgiu em 1977, com a publicação da obra de Bardin, “*Analyse de Contenu*”. Anos seguintes, depois da publicação do livro anteriormente referido, Bardin (2011) define o termo análise de conteúdo como sendo:

“a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar

¹ Neste texto, o termo comunicação não é usado apenas em referência ao ato de partilhar informações, participar, tornar algo comum, inclui aquilo que o outro compreendeu do que foi dito.

indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 46-47).

Como se pode perceber, na análise de conteúdo, o investigador procura as características que estão por trás de mensagens tomadas em consideração. Deste modo, o pesquisador procura entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, ao mesmo tempo que procura encontrar outra significação, passível de se enxergar por meio da primeira (CÂMARA, 2013). Deve ser por isso que, para Moraes (1999) a análise de conteúdo ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Este pensamento é partilhado por Olabuenaga e Ispizúa (1989)² *apud* Moraes (1999), para quem, a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenómenos da vida social de outro modo inalcançáveis. A fonte de dados (brutos) para a análise de conteúdo tem sido a comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc.

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

A primeira fase compreende o primeiro contacto com a informação a ser analisada, a sua escolha, “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação final (BARDIN, 2011, p. 95) .

Na *segunda fase*, faz-se a “*codificação* (escolha de unidades de registro- recorte; a seleção de regras de contagem- enumeração- e a escolha de categorias- classificação e agregação- rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns), e *categorização* (algum dos seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo) (BARDIN, 2011, p. 101)

A *terceira e última fase* do processo de análise do conteúdo é a de “tratamento dos resultados- a inferência e interpretação. Nela, o investigador, procurará tornar os dados brutos significativos e válidos. Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido” BARDIN, 2011, p. 101-103)

A análise de conteúdo das mensagens sobre difundidas nos órgãos de comunicação social foi feita através de uma análise horizontal, que permitiu comparar e interpretar as mensagens passadas, através dos *spot* informativos, em cada uma das línguas em análise. Analisamos como a mensagem passada pelo MISAU foi traduzida em cada uma das línguas, semelhanças e as diferenças entre elas.

PRESSUPOSTO TEÓRICO

A análise de conteúdo das mensagens sobre o que nos propusemos a fazer no presente artigo está assente nos conceitos linguísticos de competência linguística *vs* competência

² OLABUENAGA, J e ISPIZUA, M. La descodificacion de la vida cotidiana: métodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

comunicativa e de tradução.

Chomsky (1965), na obra *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, propôs, pela primeira vez, a dicotomia competência e desempenho linguístico. Para o autor, competência é o conhecimento (mental e inato) que o falante-ouvinte possui da sua língua. É a capacidade que um indivíduo tem de produzir frases correctas seguindo as regras gramaticais de uma determinada língua, por aprendizagem directa ou indirecta destas regras.

Como se pode facilmente perceber, para Chomsky (1965), competência linguística significa conhecimento das regras gramaticais da língua e desempenho, uso da língua; sem, no entanto, considerar a função social desta. Partindo de Chomsky, outros pesquisadores ampliaram o alcance do termo competência, mas neste trabalho consideramos a perspectiva de Hymes (1972) que considera que o conceito de competência proposto na Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1965) tem um carácter reducionista visto que, explica os aspectos sintáticos da língua sem considerar os aspectos socioculturais, situação real de uso da língua.

Como solução, Hymes (1972) servindo-se da dicotomia de Chomsky propõe o conceito de competência comunicativa e defende que é a capacidade de o sujeito circular na língua-alvo, de modo adequado/apropriado, de acordo com os diversos contextos de comunicação humana. A competência comunicativa do falante está composta pelo conhecimento tácito da língua e a capacidade de usá-lo dependendo do contexto sociocultural (PADILHA, 2013; SANTOS, 2016; WHYTE, 2019).

Hymes (1972) propõe, igualmente, quatro critérios para descrever uma determinada forma de comunicação: se esta é formalmente possível de acordo com determinadas regras, tanto gramaticais quanto culturais, de determinada comunidade de indivíduos; se é executável em virtude dos meios de actuação disponíveis; se é apropriada para o contexto em que essa forma de comunicação é utilizada; e se é formalmente possível, isto é, se é efetivamente usado por determinados membros da comunidade. Portanto, Hymes (1972) propõe que a competência gramatical seja integrada numa competência mais ampla, que inclui os aspectos contextuais e socioculturais (PADILHA, 2013).

Tal como veremos, os dados a serem analisados neste artigo levantam uma discussão da necessidade permanente de produção de mensagens sobre a Covid-19 seja feita aliando as competências linguística à comunicativa.

Referimos anteriormente que, paralelamente a dicotomia competência linguística vs comunicativa, a tradução era um dos conceitos imprescindíveis para a análise de conteúdo dos *spot* informativos aqui analisados e, por isso, é sobre a tradução que a seguir falamos.

A tradução foi definida, ao longo do tempo, como uma operação em que uma dada mensagem é transmitida de um sistema linguístico a outro. No entanto, na segunda metade do século XX, essa concepção ampliou-se, e outros sistemas passam a ser considerados (ARAÚJO *et al.*, 2013). Um dos trabalhos que ampliou o conceito de tradução é de Jakobson (1971). Para o autor, o signo verbal pode ser traduzido de três maneiras diferentes:

- 1) A tradução intralingual ou reformulação (rewording) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- 2) A tradução interlingual ou tradução propriamente dita 'consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua'.

3) A tradução intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais (JAKOBSON, 1971, P. 64-5³ *apud* ARAÚJO, 2013, p. 79-81)

Desde esta ampliação do conceito de tradução, sofreu várias transformações associadas, entre outros elementos, às mudanças do próprio conceito de língua. No entanto, tendo em conta o objectivo deste trabalho, cingimo-nos no modelo funcionalista⁴ (e de forma concreta na proposta de Anthony Pym).

Para Pym (2010, p. 9), “The term ‘translation’ is increasingly used to describe intercultural dynamics that do far more than relate two texts to each other.”⁵. Na definição de Pym está implícito que a tradução não pode ser feita apenas em função da competência linguística, mas também deve levar em consideração a carga cultural da língua de chegada. Este pensamento enquadra-se num dos seis princípios das teorias funcionalistas da tradução. Para que se consiga o propósito pretendido, a tradução deve ser considerada funcional. O pensamento de uma tradução funcional permite uma conexão com a noção de competência comunicativa proposta por Hymes (1972).

Ainda sobre tradução, Pym (2015), defende que o trabalho de tradução é de gestão de riscos (*Translation as risk management*) onde o tradutor, dependendo do texto a traduzir, deve fazer escolhas permanentes. Contudo, estas escolhas podem apresentar *riscos* (a possibilidade de uma tradução não atender aos seus propósitos, e/ou transmitir uma mensagem inadequada, por falta de equivalência com o que é dito no original). O autor sugere que, em textos técnicos como certidão de nascimento, bula de remédio, etc) o mais “correcto” a se fazer, na tradução é ser-se o mais “fiel” possível. Deve haver uma tentativa, o máximo possível, de estabelecer-se equivalências entre a mensagem do texto de partida e a do texto de chegada. Esta proposta de Pym (2015), chama atenção para a necessidade de um diálogo permanente entre a língua enquanto estrutura e funcionalidade da tradução.

Tendo em conta o objectivo deste artigo, a análise de conteúdo das mensagens sobre a Covid-19 em línguas bantu será feita através das lentes de competências linguística e comunicativa dos falantes e tradução.

COVID-19 E O MULTILINGUISMO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, o MISAU, através da Subcomissão de Mobilização Comunitária, chamou a si a responsabilidade de comunicação sobre a pandemia da Covid-19. Desta forma, em Março de 2020 lançou um documento intitulado *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Pandemia da COVID-19*. Nele, o papel da Subcomissão de Mobilização Comunitária é: (i) recolher e analisar informação sobre a Covid-19; (ii) produzir conteúdos de comunicação sobre a doença; (iii) validação da informação a ser difundida e monitoria da informação sobre a doença (cf. MOÇAMBIQUE.MISAU, 2020). Portanto, partindo destas atribuições, pode-se inferir que toda a informação sobre Covid-19 é produzida e difundida sob a chancela da Subcomissão de Mobilização Comunitária do Ministério da Saúde.

O Plano Nacional de Preparação e Resposta à Pandemia da Covid-19 do MISAU enquadra-se

³ JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Trad. I. Blinkstein e José P. Paes. São Paulo: Cultrix, p. 63-72, 1971.

⁴ Seguindo Nord (2006), na sua proposta de princípios básicos de teorias funcionalistas defende que “Funcionalidade significa que um texto (neste caso: uma tradução) ‘funciona’ para seus receptores em uma situação comunicativa específica da maneira que o remetente deseja que funcione”

⁵ Tradução é cada vez mais usado para descrever a dinâmica intercultural que faz muito mais do que relacionar dois textos entre si (nossa tradução).

no Plano Global de resposta para a Covid-19 da OMS que identifica a comunicação como sendo fulcral. Deste modo, para a OMS, para além do direito à informação sobre os riscos e medidas de prevenção, a comunicação é importante porque ajuda a influenciar a mudança de comportamentos, identificação e gestão atempada da desinformação e, quando frequente e franca, fomenta o apoio da resposta da emergência, cria e mantém confiança, o fundamental para que as pessoas sigam os exemplos e apoiem a resposta. A OMS recomenda quatro aspectos importantes a ter em conta para o alcance destes objectivos: língua, formato, canal e conteúdos relevantes. É o aspecto língua que nos interessa neste artigo.

À semelhança da OMS, o grupo de trabalho sobre a Covid-19 da União Africana insta os governos a envidar todos os esforços para garantir que a população tenha acesso à informações sobre esta doença através da tradução de mensagens sobre a doença para as línguas locais e o uso de meios de comunicação acessíveis (ACHPR, 2020)⁶.

A estratégia de comunicação do MISAU não fornece informação sobre como será feita a recolha e análise de informação sobre a Covid-19; a produção de conteúdos de comunicação sobre a doença, tendo em conta o nosso contexto multilingue em função da nossa diversidade linguística; a validação da informação a ser difundida, muito menos a monitoria da informação sobre passada nas diferentes línguas moçambicanas⁷, por isso, limitamo-nos, a partir das atribuições da Subcomissão de Mobilização Comunitária, a analisar um dos produtos desta, os *spot* em línguas bantu passados nos órgãos de comunicação social.

A seguir apresentamos a informação sobre a Covid-19 disponibilizada pelo MISAU e publicada a 22 de Março⁸ que, depois foi usada para a produção de cartazes e adaptado em áudios, também em Português (Tabela 1).

Como se pode facilmente perceber através da Tabela 1, em Português, a mensagem disponibilizada pelo MISAU usou frases simples e curtas para explicar conceitos complicados, verbos simples e de acção. No entanto, diferentemente do que se podia prever, o conteúdo das mensagens em línguas moçambicanas não contém toda a informação disponibilizada pelo MISAU. Portanto, na Tabela 1 acima, apresentamos os indicadores que orientarão a interpretação de dados.

Nos *spot* sobre em Nyungwe, Sena, Changana e Copi não vemos informação sobre o que é , período de incubação, transmissão e sintomas, o que se esperaria tendo em conta a informação produzida pelo MISAU.

Em Nyungwe e Sena percebemos a associação da cor da pele e condição económica à contaminação e morte por Covid-19. Esta associação pode levar a que os falantes destas línguas associem-na a Covid-19 à uma cor de pele específica e, conseqüentemente, reduzir o esforço do governo para impedir a propagação e controle da doença. Portanto, as pessoas, ainda que não seja essa a intenção do emissor, podem não adoptar comportamentos saudáveis que protejam à elas próprias, suas famílias e, por extensão, a comunidade onde vivem, por não terem a cor da pele e a condição social referida no *spot*. Estes *spot* apesar de o conteúdo revelar domínio de língua por parte de quem traduziu, ressalta um outro aspecto importante: a necessidade de haver uma ligação entre o domínio da gramática e técnicas de tradução (a funcionalidade de tradução).

⁶ African Commission on Human and Peoples' Rights.

⁷ Neste texto usamos o termo línguas moçambicanas para designar línguas faladas no território moçambicano (as de origem bantu e o Português).

⁸ 22/03/2020 foi o dia em que se anunciou o primeiro caso de em Moçambique.

O *spot* informativo em Changana e Copi acima apresentados, assemelham-se aos de Nyungwe e Sena por destacarem a origem da doença e medidas de prevenção sem, contudo, informar ao telespectador o que é a Covid-19, qual é o período de incubação, as medidas de prevenção e os sintomas da doença. Isto equivale dizer que, em cada um dos *spot* informativos sobre aqui apresentados, o falante receberá apenas uma parte da informação sobre a doença, o que pode complicar o esforço empreendido para que cada cidadão tenha a informação necessária sobre a pandemia que o influencie na mudança de comportamento. Mais uma vez ressalta o facto de não ter havido um diálogo permanente entre a língua enquanto estrutura e a funcionalidade da tradução.

Deve ser por isso que Bastos (2020), defende que em contextos de pandemia, ao se comunicar mensagens sobre a doença, o importante é enfatizar a eficácia da adopção das medidas de protecção para evitar a contaminação com o novo coronavírus. Todavia, caso a intenção seja aliar o que se fala à imagens (o caso em análise), os *spot* informativos devem mostrar diversas comunidades sofrendo o impacto da doença e trabalhando em conjunto para evitar a propagação da Covid-19. Deve-se certificar a fonte, símbolos e formatos que sejam neutros e não sugiram nenhum grupo em particular, pois, a maneira como nos comunicamos pode afectar a atitude do público ao qual se pretende que a mensagem chegue.

O Pensamento de Bastos (2020), dialoga com o conceito de tradução adoptado no presente trabalho. A tradução vai para além de relacionar dois textos. É uma actividade de gestão de risco, onde o tradutor deve avaliar constantemente os riscos das escolhas que faz no processo de tradução para que não transmita informação inadequada ou incompleta, acrescentamos nós, por falta de equivalência com o que é dito no original (*spot* de Nyungwe, Sena e Copi e Changana, em parte). Lembramos ao leitor que para Pym (2015), em textos técnicos, tal como é o caso, o mais “correcto” é ser o mais “fiel” possível ao original. Para tal, o tradutor deve traduzir aquilo que está a sua frente.

Portanto, a produção dos *spot* em análise no presente trabalho, considerou apenas a competência linguística dos falantes destas línguas e não a competência comunicativa e, por extensão, à funcionalidade da tradução. Aliada à funcionalidade da tradução está o conceito de competência comunicativa. É na competência comunicativa que se procura saber se uma determinada forma de comunicação é não só formalmente possível de acordo com determinadas regras, tanto gramaticais quanto culturais, de determinada comunidade de indivíduos, como também se é apropriada para o contexto em que essa forma de comunicação é utilizada e para os fins aos quais se destina, acrescentamos nós. Como vimos, a partir dos *spot* de Nyungwe e Sena, a comunicação (menção a origem da doença, cor da pele dos afectados e infectados) não foi apropriada para o contexto de pandemia em que se vive. Dito isto, voltamos à análise dos conteúdos dos *spot* 2/ falantes 2 de cada língua.

Um olhar sobre estes *spot* informativos percebemos que os falantes, tal como aconteceu nos primeiros nestas línguas, não explicam que tipo de doença é a Covid-19, qual é o período de incubação, as formas de transmissão e os sintomas. Estes falantes, apesar de não fazerem menção a origem da doença, cor da pele e condição social, centraram-se quase que exclusivamente nas medidas de prevenção. Como prevenir-se do desconhecido? é a pergunta que fica por responder.

Os dois *spot* informativos fornecem aos falantes de cada uma das línguas apenas uma parte da informação sobre Covid-19. Portanto, há pouco diálogo entre o texto de partida, o fornecido pelo MISAU, e o conteúdo dos *spot* informativos analisados no presente trabalho.

Defendemos que os problemas verificados no conteúdo dos *spot* aqui analisados pode estar relacionado com a política linguística adoptada pelo país, pois, os falantes de Português (língua oficial) tiveram toda a informação que o MISAU definiu como sendo importante, mas

o mesmo não pode ser dito em relação as línguas bantu. Mais, o MISAU disponibilizou toda a informação sobre a doença em Português, deixando para trás as outras línguas faladas no território nacional.

Os *spot* aqui analisados mostram o desafio que se coloca aos países multilíngues de assegurar que todos os habitantes tenham acesso à informação útil que os ajude a tomar as devidas medidas de precaução. Estes *spot* sobre Covid-19, por não incluir toda a informação sobre definida pelo MISAU como sendo importante para os cidadãos colocam ao telespectador o desafio de ter que escolher o que reter sobre a doença: a sua origem? a condição social e/ou a cor da pele dos infectados/afectados?

O que dissemos no parágrafo anterior pode, em parte, explicar o incumprimento das medidas de prevenção várias vezes reportado pelos órgãos de comunicação social, especificamente TV MIRAMAR, 2020, em que a entrevistada revela falta de conhecimento fundamental sobre a doença.

O corona é para os ricos. Aqueles que se encontram nos restaurantes. Brancos. Quando você negro ficar doente de corona, vão te pôr na quarentena porque você não tem dinheiro. Mas, a pessoa que tem dinheiro lhe curam. Corona vai. Mas, quando você é pobre assim ter corona vão te por lá na quarentena e depois picam-te vacina e morres (ENTREVISTADA, TV MIRAMAR, 2020)

As palavras da cidadã acima entrevistada sugerem falta de conhecimento do que é Covid-19, as formas de transmissão, as medidas de prevenção e os sintomas da doença, que coincidência ou não, é a informação ausente nos *spot* informativos em análise no presente trabalho. Mais, o pensamento desta cidadã dialoga com o conteúdo dos *spot* informativos 1 de Nyungwe e Sena que relacionam a doença à cor da pele e condição económica dos infectados.

A desinformação, característica em contextos de pandemia, não deve ser a única causa da demonstração clara de falta de informação que a cidadã tem sobre visto que, uma das tarefas da comunicação é a identificação e gestão atempada da desinformação. Para tal, os *spot* devem conter toda a informação relevante sobre a doença que cada cidadão precisa.

Os *spot* analisados no presente trabalho mostram que houve falta de divulgação de informação certa sobre Covid-19 em línguas bantu. Houve fragmentação da informação fornecida.

Um outro trabalho com conclusão similar foi realizado pela MozPulse⁹ e foi apresentado na conferência sobre Covid-19 organizada pelo Instituto Nacional de Saúde. O trabalho avaliou até que ponto as pessoas tinham conhecimentos essenciais sobre a doença e concluiu que, nos contextos urbanos de baixa renda, não havia conhecimentos sobre a doença, especificamente os sintomas e medidas de prevenção.

Os falantes destas línguas não tiveram o seu direito à informação assegurado pelo Estado. Além disso, apesar de viverem num país multilíngue, estiveram em desvantagem se comparados com os falantes de Português. É necessário que o MISAU seja multilíngue tal como o país. Só assim se poderá garantir que toda a informação sobre doença em línguas bantu não seja divulgada sem antes haver uma ‘triagem linguística’ sob risco de confundir os falantes ou levá-los a ignorar as medidas de prevenção que devem ser adoptadas.

⁹ Comunicação apresentada por Rufino Gujamo na Conferência sobre em Moçambique realizada pelo Instituto Nacional de Saúde. Disponível em <https://covid19.ins.gov.mz> (visitado a 11/08/2020).

Em suma, A tradução da informação sobre saúde, como é o caso, deve ser cultural (PYM 2010)¹⁰, uma tradução em que as competências linguística e comunicativa dialogam.

CONCLUSÕES

O objectivo deste artigo era analisar o conteúdo das mensagens sobre Covid-19 em línguas moçambicanas, como tentativa de contribuir para explicar o incumprimento das medidas de prevenção anunciadas pelo MISAU. Deste modo, a pergunta que guiou a nossa pesquisa foi: que informação sobre Covid-19 receberam os falantes das línguas bantu faladas em Moçambique?

A nossa hipótese de pesquisa esteve assente na premissa de que a política linguística herdada do período colonial continua a influenciar a forma como o direito à informação sobre saúde é garantido pelo Estado. Os falantes das línguas bantu analisadas neste artigo não tiveram toda a informação necessária sobre a que as permitisse tomar as devidas precauções, colocando a sua vida e da sua comunidade em risco. O MISAU é monolíngue num contexto multilíngue.

A pergunta que guiou a nossa pesquisa foi: que informação sobre receberam os falantes de algumas línguas bantu faladas em Moçambique?

Os *spot* informativos analisados no presente trabalho mostram que houve falta de divulgação de informação certa sobre Covid-19 em línguas moçambicanas. Houve fragmentação da mensagem fornecida aos falantes de cada uma das línguas analisadas.

Esta constatação leva-nos a concluir que, em contextos multilíngues, como o nosso, a qualidade da informação sobre saúde não é assegurada exclusivamente através do uso das diferentes línguas moçambicanas, mas sim através do tratamento cuidado do conteúdo transmitido através delas. O MISAU, sendo um Ministério dum contexto multilíngue, deve assegurar o direito à informação sobre doenças através de uma triagem do conteúdo da informação a ser passada. Além disso, deve liderar o processo de produção das mensagens para garantir que todos os falantes tenham acesso à informação necessária para que se possam prevenir desta e de outras doenças.

REFERÊNCIAS

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLES' RIGHTS. Press Release on the impact of the Virus on the Indigenous Populations/Communities in Africa. 2020. Disponível em <https://en.iyil2019.org/all-resources/-pandemic-language-matters/#africa> (visitado a 01/07 de 2020).

ARAÚJO, A. *et al.* Práticas de tradução para aula de língua estrangeira. Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 69-105, jul./dez. 2013.

BASTOS, Z. Estigma Social associado à: um guia para prevenir e combater o estigma social. 2020. Disponível em: <https://washcluster.net/sites/default/files/2020-07/COVID19-Stigma-Guide-Portuguese.pdf> (visitado a 01/07 de 2020).

BAMGBOSE, A. African languages today: the challenge of and prospects for empowerment under globalization. 1996. Disponível em: <http://www.lingref.com/cpp/acal/40/paper2561> (visitado a 21/04/2020).

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 3ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

¹⁰ O termo tradução cultural faz muito mais do que relacionar, linguisticamente, dois textos. Ela dialoga com a cultura em que a língua de chegada se insere.

- CÂMARA, R. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v.6, n.2, jul - dez, p. 179-191. 2013.
- CHIMBUTANE, F. 2015. Línguas e Educação em Moçambique: uma perspectiva sócio-histórica. In: GONÇALVES, P. & CHIMBUTANE, F. (Org.). Multilinguismo e Multiculturalismo em Moçambique em direcção a uma coerência entre discurso e prática. Maputo: Alcance Editores, p.35-75.
- CHIMBUTANE, F. 2015. Rethinking Bilingual Education in Postcolonial Contexts. Great Britain: Short Run Press Ltd.
- Chomsky, N. Aspects of the theory of syntax. Cambridge, MA: MIT Press, 1965
- FIRMINO, G. A Questão Linguística” na África Pós-Colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Promédia, 2002.
- HAIMOVICH, G and MORA, H. Why it’s important to use Indigenous languages in health communication, in Language and Helth. 2020. Disponível em <https://www.languageonthemove.com/why-its-important-to-use-indigenous-languages-in-health-communication/>. Acesso a 01 de Julho de 2020).
- MATEUS. H. e TIMBANE, A. Cuidando de Saúde em Gitonga e Português – Rumo a um Dicionário de Especialidade. Afluente: Revista de Letras e Linguística, Maranhão, v.4, n.12, Maio/Agosto p. 144-167, 2019.
- HYMES, D. Acerca de la Competencia Comunicativa. In Llobera, M. et al. Competencia comunicativa: Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa, 1972.
- LOPES, A. J. Política Linguística: princípios e problemas. Maputo: Livraria Universitária, 1997.
- MENDES, A. 2006. Escuta e ressignificação do sofrimento: o uso de entrevista e análise categorial nas pesquisas em clínica do trabalho. In: Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (Org.), Anais Eletrônicos do II Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Brasília. Disponível em <http://www.sbpot.org.br/iicbpot/anais.asp>. Acesso em 06 de Maio de 2006.
- MIRAMAR, 2020. Fala Moçambique. Gravado em 18 de Abril de 2020.
- MOÇAMBIQUE.MISAU. 2020a. Plano Nacional de Preparação e resposta a pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://www.misau.gov.mz>.
- Comunicado Diário de Atualização de casos de coronavírus. 2020b. Disponível em <http://www.misau.gov.mz>. Acesso em 15 de Agosto de 2020.
- O que é Coronavírus? 2020. Disponível em <http://www.misau.gov.mz/index.php/o-que-e-coronavirus>. Acesso em 15 de agosto de 2020).
- MOÇAMBIQUE. Constituição da República. Maputo: Assembleia da República, 2004.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NGUNGA, A. e BAVO, N. Práticas Linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística de seis distritos. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA), 2011.
- OLABUENAGA, J e ISPIZUA, M. La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2020).

PADILHA, E. Reflexões sobre a competência comunicativa e a formação de professores em língua estrangeira e suas competências. *Linguagens & Cidadania*, v. 15, jan./dez. 2013.

PILLER, I. forces us to take linguistic diversity seriously. 2020. Disponível em <https://www.languageonthemove.com/-forces-us-to-take-linguistic-diversity-seriously/>. Acesso em 01 de julho de 2020.

PYM, A. 2015. Translation as risk management. *Journal of Pragmatics*, v.85, pp 67-80.

PYM, A. 2010. Translation theory today and tomorrow: responses to equivalence. In: Lew N. Zybatow (ed.). *Translationswissenschaft- Stand und Perspektiven*. Frankfurt aM: Peter Lang, p. 1-14.

SANTOS, R. Tradução cultural: o desafio da expressão idiomática. Dissertação (Mestrado) – Tradução e Serviços Linguísticos, Universidade do Porto, 2016.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. 1996. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em 01 de julho de 2020).

WHYTE, S. Revisiting Communicative Competence in the Teaching and Assessment of Language for Specific Purposes. *Language Education & Assessment*, v.2, n.1, pp 1-19. 2019.

SITES

<https://reliefweb.int/report/world/do-you-speak--importance-language-effective-communication-across-response-march> Acesso em 01 de julho de 2020.
<https://translatorswithoutborders.org/language-diversity-in-the--pandemic/>. Acesso em 01 de julho de 2020).

<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/comunicacao-popular-e-comunitaria-em-tempos-de--o-direito-de-se-comunicar-e-o-direito-a-saude/47000/>. Acesso em 01 de julho 2020.

TABELA 1: Mensagens de Prevenção de COVID-19

Ordem das perguntas	Conceitos	Explicação do MISAU
1	O que é Coronavírus?	Coronavírus é um vírus que causa infecções semelhantes a uma gripe comum e pode provocar doenças respiratórias mais graves como a pneumonia
2	Qual é o período de incubação da doença?	2 a 14 dias
3	Formas de transmissão?	Transmitida de uma pessoa com a doença para a outra através de gotículas de saliva quando tosse ou espirra; objectos/superfícies contaminadas
4	Quais são os sintomas?	febres, tosse, dores musculares e dificuldade de respirar
5	Formas de prevenção?	tentar não tocar na cara; lavar constantemente as mãos com água e sabão, cinza ou álcool; sempre que tossir ou espirrar cubra a boca com o braço dobrado em forma de “V” e de seguida lave as mãos; lavar e cozinhar bem os alimentos; abrir as janelas para maior circulação do ar

Fonte: MISAU, 2020.

TABELA 2: Informação sobre coronavírus em línguas moçambicanas

Spot	Línguas			
	Nyungwe	Sena	Changana	Copi
Spot 1 Falante 1	“...O Coronavírus é uma doença vinda da China. É uma doença que está a matar brancos... Os brancos estão a morrer...”	“... Coronavírus é uma doença que se assemelha a gripe, começou na China...Os brancos estão a sofrer...”	“..., doença que começou na China, passou por vários países do mundo e agora chegou ao nosso país...”	“...dizer à família para obedecer os conselhos do nosso presidente. Vamos cumprir a regra segundo a qual para onde quer que a gente vá devemos lavar as mãos primeiro...”
Spot 2 Falante 2	“o mundo todo mudou. Precisamos mudar também para nos mantermos vivos. Devemos abandonar o nosso hábito de ir às discotecas...”	“povo moçambicano, há uma nova doença perigosa que se chama . Esta doença de que falei está a matar muita gente noutros países...”	“Chamamos atenção ao povo moçambicano...devemos usar máscaras quando necessário. Devemos ficar em casa...porque este vírus não vem ter em casa...”	“...Esta doença...chegou também ao nosso país. É uma tosse forte que se parece com uma gripe que causa problemas nas pessoas. Não acaba por duas razões...”